

CONDIÇÕES GERAIS DE VENDA / GARANTIA

1. Identificação

A Domingos Diniz & Filhos, Lda. (adiante designada DDF), NIF 504487027, com sede na Rua dos Pandeirinhos, n.º 47, 3840-021 Calvão, dedica-se à fabricação e comercialização de alçapões técnicos para aplicação na construção.

2. Âmbito

Estas condições aplicam-se a todas as vendas realizadas diretamente pela fábrica, quer a clientes profissionais, quer a consumidores finais. As encomendas são feitas por escrito (e-mail ou fax). Se feitas presencialmente ou por telefone carecem de confirmação mediante pagamento prévio.

3. Aceitação das Condições

A realização de qualquer encomenda implica a aceitação total e sem reservas das presentes condições gerais. Qualquer condição específica só será válida se previamente acordada por escrito com a Domingos Diniz & Filhos, Lda.

4. Produtos

A gama inclui alçapões standard e por medida. Produtos personalizados (dimensões específicas ou modelos feitos sob encomenda) são fabricados exclusivamente mediante pedido e não são passíveis de devolução, exceto em caso de defeito de fabrico.

5. Preços e Faturação

Os preços são apresentados sem IVA e acrescem do imposto à taxa legal em vigor. A fatura será emitida após boa cobrança e enviada com o fornecimento do material. A empresa reserva-se o direito de alterar os preços sem aviso prévio, salvo em orçamentos previamente aprovados e válidos.

6. Pagamento

As encomendas apenas são processadas após receção de pagamento que poderá ser feito por transferência bancária (dados fornecidos após confirmação da encomenda) ou quando aprovada a concessão de fornecimento a crédito pelo nosso Responsável Financeiro.

Para alçapões standard em stock, em caso de levantamento ao balcão, poderá ser feito o pagamento no momento do levantamento, mediante numerário ou Multibanco.

7. Qualidade e garantia

Todos os produtos fabricados pela Domingos Diniz & Filhos, Lda. cumprem as normas europeias aplicáveis e têm marcação CE. A DDF garante todo eventual defeito de fabrico comprovado dos seus produtos. A garantia cobre defeitos de fabrico pelo período legal de 3 anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 67/2003.

Os produtos com eventuais defeitos de fabrico são substituídos por outros análogos, após análise e aceitação do nosso Departamento de Qualidade. A DDF apenas não pode ser responsável de quaisquer outros gastos além da reposição do produto em conformidade.

A garantia não cobre:

- Danos causados por má aplicação, uso incorreto ou armazenamento inadequado;
- Instalações feitas sem respeitar as instruções de montagem aplicáveis ao produto e fornecidas;
- Instalações dos alçapões em estruturas que não estão corretamente executadas;
- Desgaste natural ou uso indevido do produto.

Prestamos formação gratuita sobre montagem e aplicação, nas nossas instalações, para clientes que o solicitem (pré-agendar).

No que diz respeito aos alçapões técnicos Revi-Clap ensaiados em Laboratório (Resistência ao Fogo, Acústica, Hermeticidade, ...), os alçapões são fabricados de acordo com as características fulcrais dos protótipos testados.

A nossa empresa apenas fabrica alçapões pelo que não nos deslocamos a obras para fazer montagens, desmontagens, análises, verificar ou resolver reclamações ou outros.

8. Reclamações e Assistência

Qualquer problema ou defeito deve ser comunicado, por escrito, antes da instalação acompanhado de fotos e todos os elementos necessários para a análise da reclamação. Se o produto já tiver sido instalado, o cliente deve garantir que seguiu todas as instruções e que o suporte (teto ou parede) foi corretamente preparado.

Em caso de aprovação escrita do retorno do produto pela DDF, o produto deve ser devolvido com todos os seus componentes e bem acondicionado. Após análise, a empresa decidirá pela substituição ou reparação. Não há lugar a reembolsos monetários em caso de reclamação de produto.

9. Devoluções

São apenas aceites devoluções de Alçapões standard BA13 em stock (200x200, 300x300, 400x400, 500x500 e 600x600 mm), no prazo de 14 dias após a entrega, desde que:

- O produto não tenha sido usado nem instalado;
- Se mantenha na embalagem original e em perfeito estado;
- Haja prévia autorização por escrito da empresa.

Não são aceites devoluções de alçapões fabricados a pedido, por medida ou personalizados.

Os custos de devolução são da responsabilidade do cliente, exceto em caso de erro imputável à fábrica. Após receção e verificação do material, caso o artigo e embalagens estejam conformes para revenda, o valor do artigo será reembolsado no prazo de 14 dias.

10. Danos de Transporte

Os nossos envios são feitos por transportadoras subcontratadas, externas à DDF. Daremos uma previsão do tempo de trânsito que nos é comunicado pelo transportador, mas a DDF não pode ser responsabilizada quanto à observância destes prazos. Contudo, teremos sempre alguém para apoiar no seguimento das informações de transporte.

Os danos no transporte são cobertos por seguro de transporte do transportador. Contudo, para poder ser acionado, é imprescindível o cliente:

- Assinalar quaisquer danos visíveis na embalagem na guia do transportador. Caso não consiga certificar o estado, escrever “Sob reserva de verificação do estado da encomenda”, por exemplo;
- Comunicar a ocorrência à fábrica, por escrito, no prazo de 48 horas, preferencialmente com fotografias do produto e da menção feita na Guia do transportador.
- Caso o volume recebido e/ou os produtos estejam visivelmente danificados e/ou não tiver como assinalar os danos ao transportador, rejeitar a receção da encomenda.

11. Direito de Livre Resolução (Consumidores)

Nos termos do Decreto-Lei n.º 24/2014, o consumidor tem o direito de resolver o contrato no prazo de 14 dias a contar da data de receção dos bens, sem necessidade de indicar motivo.

Para exercer este direito, o cliente deverá comunicar a sua decisão por email ou por carta registada com aviso de receção, podendo usar o formulário abaixo. O produto deverá ser devolvido sem demora injustificada, nunca ultrapassando 14 dias a contar da comunicação da decisão de livre resolução. Os custos de devolução são suportados pelo cliente.

Exclusão: O direito de livre resolução **não se aplica** a produtos personalizados ou fabricados por medida a pedido do cliente.

Formulário de Livre Resolução (modelo facultativo)

(Preencher e enviar apenas se pretender resolver o contrato no prazo legal de 14 dias)

Para:

Domingos Diniz & Filhos, Lda.

Rua dos Pandeirinhos, 47

3840-021 Calvão

Email: geral@reviclap.pt

Assunto: Exercício do direito de livre resolução do contrato

Rua dos Pandeirinhos, 47 – P-3840-021- Calvão VGS (Portugal)

Tel.: (+351) 234 782 139 (chamada para a rede fixa nacional)

E-mail: geral@reviclapp.pt ♦ www.reviclapp.pt

Ref.250CV.v1

Eu, [nome completo], residente em [morada completa], venho por este meio comunicar que resolvo o contrato de compra e venda referente à encomenda n.º [número da encomenda], datada de [data da encomenda], ao abrigo do direito de livre resolução previsto no Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro.

Data: ___ / ___ / _____

Assinatura: _____

(Apenas necessário se enviado em papel)

3

12. Apoio ao Cliente

Estamos disponíveis de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 12h30 e das 14h00 às 18h00 pelos seguintes contatos:

Email: geral@reviclapp.pt

Telefone: 234782139

13. Resolução Alternativa de Litígios (RAL)

Nos termos da Lei n.º 144/2015, os consumidores podem recorrer a entidades de resolução alternativa de litígios. Entidade competente:

CNIAACC – Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Website: www.arbitragemdeconsumo.org

Email: cniacc@fd.unl.pt

13. Livro de Reclamações Eletrónico:

Somos uma empresa séria e confiável, desde 1998, e prezamos pelo cuidado com os nossos clientes, pelo que em primeiro lugar deverá privilegiar o contato com o nossos Apoio ao Cliente que tudo fará para ajudar. Caso pretenda poderá ainda aceder ao Livro de Reclamações físico ou Eletrónico no link www.livroreclamacoes.pt.

14. Foro Competente

Em caso de litígio não resolvido extrajudicialmente, é competente o Tribunal da Comarca do Baixo Vouga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Calvão, 2 de Janeiro de 2025.